

## **FICHE AMENDEMENT**

**Proposition d'amendement à l'Article : Artigo 35.º, novo**

**Déposée par Monsieur Luís Queiró**

**Qualité : Suppléant**

---

- 1. O Parlamento Europeu nomeia o Provedor de Justiça Europeu, nos termos previstos no artigo [ ] da Parte II do presente Tratado.**
  - 2. Ao Provedor de Justiça Europeu compete apreciar, por sua iniciativa ou a pedido de qualquer cidadão da União ou de outra pessoa singular ou colectiva com residência ou sede estatutária num Estado membro da União, os casos de má administração na actuação das instituições e demais órgãos, agências ou organismos da União ou por esta criados, com excepção das instâncias jurisdicionais, no exercício das respectivas funções jurisdicionais.**
  - 3. No desempenho das suas funções, o Provedor de Justiça Europeu actua com total independência, aplicando-se-lhe, com as devidas adaptações, o Estatuto dos juízes do Tribunal de Justiça.**
  - 4. A instituição, órgão ou organismo da União objecto de inquérito deve ser previamente ouvido e, em caso de apresentação de relatório fundamentado por parte do Provedor de Justiça Europeu, deve apresentar, no prazo razoável fixado nos termos previstos no artigo [ ] da Parte II, a sua posição face às conclusões do relatório.**
  - 5. O Provedor de Justiça transmitirá às instituições referidas no número seguinte e aos queixosos as conclusões dos relatórios por si apresentados nos casos previstos no número anterior, bem como a posição da entidade objecto do inquérito.**
  - 6. O Provedor de Justiça Europeu apresenta um relatório anual das suas actividades ao Parlamento Europeu, ao Conselho, à Comissão e aos parlamentos nacionais.**
- 

**Explication éventuelle :**

*O Provedor de Justiça consta hoje, no Tratado CE, de duas normas fundamentais: os artigos 21.º e o artigo 195.º.*

*Na verdade, o novo Tratado reduz o leque dos beneficiários do direito de apresentar queixa ao Provedor. O artigo 7.º, n.º 2, do Tratado prevê que seja um direito dos cidadãos. Contudo, na redacção actual do artigo 195.º CE, também podem apresentar queixas, além dos cidadãos, «qualquer pessoa singular ou colectiva com residência ou sede estatutária num Estado membro». A ser verdade, julga-se que o direito de apresentar queixas ao Provedor não pode ser reduzido.*

*Em segundo lugar, o artigo agora projectado apenas refere o direito de apresentar queixas nos casos de «má administração nas Instituições da União». Na verdade, porém, isto configura uma nova redução do âmbito de protecção contra a má administração na esfera comunitária/união. O actual artigo 195.º prevê a intervenção do Provedor nos casos de «má administração na actuação das instituições ou organismos comunitários», com excepção dos tribunais (TJ e TPI) no exercício de funções jurisdicionais. Também aqui se julgam imprescindíveis tais explanações. Por um lado, para não violar o princípio da irresponsabilidade dos juízes. Por outro, porque, com a acentuação (que se verifica) da tendência para a criação de organismos de regulação mais ou menos independentes (pense-se na nova Autoridade de Segurança Alimentar mas também noutras agências mais antigas), a intervenção do Provedor não deve limitar-se a fiscalizar politicamente a actuação das «Instituições». A expressão usada na proposta exprime a síntese entre as formulações constantes do artigo 195.º CE («instituições ou organismos») e no artigo 36.º do projecto («instituições, órgãos e agências»): julga-se que, deste modo, o leque fica mais extenso e abrangente.*

*O artigo 195.º CE impõe ainda obrigações aos destinatários dos relatórios do Provedor e reconhece direitos aos queixosos. Em nenhum ponto, até aqui, os encontramos no presente projecto.*

*Quanto à nomeação do Provedor, quem nomeia e onde estão outros aspectos conexos. Deixa de ser afirmado o princípio da independência do provedor? Quem estabelece o seu estatuto e as regras que regerão a sua acção?*

*Se alguns – poucos – dos aspectos sublinhados configuram «questões de pormenor» (v. observações do Praesidium à proposta (Anexo II), boa parte delas parecem ser centrais a este órgão. Daí que se proponha que, sem prejuízo de na Parte II se estabelecerem tais disposições de pormenor, se dê uma nova redacção ao artigo 35.º, o qual manteria as linhas fundamentais do actual artigo 195.º.*